

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA



RELATÓRIO E CONTAS Exercício de 2022

Preparado e revisto por:

accounting & management
globalfisco

Ricardo Sousa e Freitas
NIF 199 536 112 - CC 51717
Economista 6750



Ricardo Freitas

Ribeira Brava, 15 de maio de 2023

1. Balanço Analítico

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.694.975,68	2.908.577,35
Ativos intangíveis	5	5.480,38	4.516,63
Outros créditos e ativos não correntes	10	34.030,41	24.629,95
		2.734.486,47	2.937.723,93
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	341.062,00	418.094,94
Estado e outros entes públicos	11	11.539,78	25.104,71
Diferimentos	12	6.199,99	4.425,51
Caixa e depósitos bancários	6	1.338.355,66	931.641,14
		1.697.157,43	1.379.266,30
Total do ativo		4.431.643,90	4.316.990,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	23	1.895.404,77	1.917.905,55
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	23	1.219.460,07	1.307.758,05
Resultado líquido do período	23	195.454,77	(22.500,78)
Total dos fundos patrimoniais		3.310.319,61	3.203.162,82
Passivo			
Passivo não corrente			23.247,00
			23.247,00
Passivo corrente			
Fornecedores	7	122.113,39	159.695,96
Estado e outros entes públicos	11	95.798,60	92.498,68
Diferimentos	12	241.686,77	
Outros passivos correntes	9	661.725,53	838.385,77
		1.121.324,29	1.090.580,41
Total do passivo		1.121.324,29	1.113.827,41
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.431.643,90	4.316.990,23



Administração / Gerência

ARCA

Ricardo Sousa e Freitas
NIF 199 536 112 - CC 51717
Economista 6750

Contabilista Certificado N° 51717

C

2. Demonstração dos Resultados por naturezas

C

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
 (modelo para ESNL) do período findo em
 31-12-2022
 (montantes em euros)

Centro Social Paroquial São Bento
 Ribeira Brava

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	13	853.994,28	658.885,45
Subsídios, doações e legados à exploração	14	4.596.411,12	3.880.092,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(136.801,77)	(120.013,42)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.084.285,13)	(888.313,57)
Gastos com o pessoal	18	(3.900.017,91)	(3.468.012,09)
Outros rendimentos	15	128.143,85	102.564,08
Outros gastos	19	(6.771,75)	(5.969,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		450.672,69	159.233,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(255.320,22)	(181.839,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		195.352,47	(22.606,30)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	102,30	105,52
Resultado antes de impostos		195.454,77	(22.500,78)
Resultado líquido do período	23	195.454,77	(22.500,78)



Ricardo Sousa e Freitas
 NIF 199 536 112 - CC 51717
 Economista 6750

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 51717

[Handwritten signatures and stamps]

[Handwritten signature]

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2022
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial São Bento Ribeira
Brava

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		852.997,63	684.080,80
Pagamentos a fornecedores		(1.062.109,60)	(865.734,37)
Pagamentos ao pessoal	18	(3.895.998,14)	(2.410.538,03)
Caixa gerada pelas operações		(4.105.110,11)	(2.592.191,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(26,01)
Outros recebimentos/pagamentos		4.716.515,92	2.133.039,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		611.405,81	459.177,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(199.966,28)	(1.012.759,38)
Ativos intangíveis	5	(4.362,24)	
Investimentos financeiros		(9.400,46)	(6.613,06)
Outros ativos			(148.991,84)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		8.954,17	429.472,09
Juros e rendimentos similares		83,52	105,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(204.691,29)	(738.786,67)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		406.714,52	(279.608,96)
Caixa e seus equivalentes no início do período		931.641,14	1.211.250,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.338.355,66	931.641,14



Ricardo Sousa e Freitas
NIF 199 536 112 - CC 51717
Economista 6750

Administração e Gerência
RIBEIRA BRAVA

Contabilista Certificado N° 51717

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Centro Social Paroquial de São Bento da Ribeira Brava

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Instituição Particular de Solidariedade Social denominada “Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava”, pessoa coletiva 511.058.110, com sede social na Rua do Visconde, 10, freguesia e concelho da Ribeira Brava, foi constituída a 27 de maio de 1993, cujo objeto social principal é atividade apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

As demonstrações financeiras abrangem uma entidade individual, são apresentadas em euros e reportam-se ao ano civil com início em 01 de janeiro de 2022 e fim em 31 de dezembro de 2022.

Apenas se consideraram as notas aplicáveis à Instituição, respeitantes a factos ocorridos no exercício em causa, e materialmente relevantes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU), nomeadamente a NCRF para o setor não lucrativo

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças

entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

f) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 50
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 8
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.4. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontadas por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro de cada ano, ou seja, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido”

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.6. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Instituição obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Instituição baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2021					Saldo em 31-dez-2021
	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	3.388.674,52	696.426,12		578.463,93		4.663.564,57
Equipamento básico	446.836,70	255.797,03				702.633,73
Equipamento de transporte	297.236,34	14.789,37				360.939,00
Equipamento administrativo	22.709,06	9.376,87				37.498,43
Outros ativos fixos tangíveis	16.868,85	4.200,00				21.068,85
Ativos fixos tangíveis em curso	578.463,93			-578.463,93		0,00
	<u>5.081.622,27</u>	<u>1.034.915,18</u>		<u>578.463,93</u>		<u>6.116.537,45</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2.338.362,83	121.301,79				2.459.664,62
Equipamento básico	402.968,23	20.666,55				423.634,78
Equipamento de transporte	265.603,16	24.484,76				290.087,53
Equipamento administrativo	14.704,63	4.903,76				19.608,39
Outros ativos fixos tangíveis	11.232,06	3.732,72				14.964,78
	<u>3.032.870,91</u>	<u>175.089,19</u>				<u>3.207.960,10</u>

	31 de dezembro de 2022					
	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2022
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	4.663.564,57	31.804,34				4.695.368,91
Equipamento básico	702.633,73	4.990,72				707.624,45
Equipamento de transporte	360.939,00					360.939,00
Equipamento administrativo	37.498,43					37.498,43
Outros ativos fixos tangíveis	21.068,85	1.525,00				22.593,85
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
	6.116.537,45	38.320,06				6.154.857,51
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2.459.664,62	168.743,31				2.628.407,93
Equipamento básico	423.634,78	48.395,09				472.029,87
Equipamento de transporte	290.087,53	25.505,79				315.593,32
Equipamento administrativo	19.608,39	6.312,01				25.920,40
Outros ativos fixos tangíveis	14.964,78	2.965,53				17.930,31
	3.207.960,10	251.921,73				3.459.881,83

5. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2021					
	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-2021
Ativos intangíveis:						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento	123.744,50					123.744,50
Programas de computador Outras ativos intangíveis	9.105,95					9.105,95
	132.850,45					132.850,45
Depreciações Acumuladas						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento	120.577,95	3.166,55				123.744,50
Programas de computador	1.554,31	3.035,01				4.589,32
Propriedade industrial Outras ativos intangíveis						
	122.132,26	6.201,56				128.333,82

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-2022
Ativos intangíveis:						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento	123.744,50	4.362,24				128.106,74
Programas de computador Outras ativos intangíveis	9.105,95					9.105,95
	132.850,45	4.362,24				132.850,45
Depreciações Acumuladas						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento	123.744,50	363,48				124.107,98
Programas de computador	4.589,32	3.035,01				7.624,33
Propriedade industrial Outras ativos intangíveis						
	128.333,82	3.398,49				131.732,31

6. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-2022	31-dez-2021
Caixa	6.303,00	6.000,00
Depósitos à ordem	702.926,89	346.564,06
Depósitos à prazo	629.125,77	579.077,08
	1.338.355,66	931.641,14

Os saldos apresentados relativos a caixa e seus equivalentes, não apresentavam restrição de uso na data do Balanço.

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Fornecedores conta corrente	122.113,39	159.695,96
	122.113,39	159.695,96

8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2022		31-dez-2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Créditos a receber				
Clientes c/c		37.733,00		36.736,35
Outros devedores		303.026,35		375.531,50
Pessoal		302,65		296,19
Adiant. a fornecedores		0,00		5.429,90
		341.062,00		418.094,94
Perdas por imparidade acumuladas				
		341.062,00		418.094,94

9. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras passivos correntes" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2022		31-dez-2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos		588.397,99		513.862,29
Outros credores		73.327,54	23.247,00	324.523,48
		661.725,53	23.247,00	838.385,77

10. Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outros créditos e ativos não correntes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2022		31-Dez-2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros ativos financeiros				
Outras - FCT	34.030,41		24.629,95	
	34.030,41		24.629,95	
Perdas por imparidade acumuladas				
	34.030,41		24.629,95	

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.539,78	25.104,71
	<u>11.539,78</u>	<u>25.104,71</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outras Tributações FCT/FGCT	983,82	803,85
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	11.577,50	13.128,50
Segurança Social	83.237,28	78.566,33
	<u>95.798,60</u>	<u>92.498,68</u>

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	4.668,01	3.400,15
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	1.531,98	1.025,36
	<u>6.199,99</u>	<u>4.425,51</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	241.686,77	0,00
	<u>241.686,77</u>	<u>0,00</u>

13. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2021 foram os seguintes:

	31-Dez-2022			31-Dez-2021		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	853.994,28	0,00	658.885,45	658.885,45	0,00	658.885,45
	<u>853.994,28</u>	<u>0,00</u>	<u>658.885,45</u>	<u>658.885,45</u>	<u>0,00</u>	<u>658.885,45</u>

14. Subsídios

Os subsídios nos períodos de 2022 e de 2021 estavam repartidos da seguinte forma:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
ISSM	4.280.654,88	3.497.636,18
IEM	113.915,67	73.998,60
CMRB	33.262,47	39.910,44
IGTCP	0,00	0,00
Contrato programa RAM	110.863,20	113.360,00
Doações e Heranças	57.714,90	115.719,37
SRISC - Ajuda +	0,00	39.468,00
	<u>4.596.411,12</u>	<u>3.880.092,59</u>

15. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" nos períodos de 2022 e de 2021 estavam repartidos da seguinte forma:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Rendimentos suplementares	29.790,23	18.163,01
Descontos de pronto pagamento obtidos	18,78	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	688,29	360,96
Outros rendimentos e ganhos	97.665,33	84.401,07
Juros obtidos	83,52	105,52
	<u>128.246,15</u>	<u>102.669,60</u>

16. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "CMVMC" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2022			31-dez-2021		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro						
Regularizações						
Compras	136.801,77		136.801,77	120.013,42		120.013,42
Saldo final em 31 de dezembro						
Custo das vendas	<u>136.801,77</u>		<u>136.801,77</u>	<u>120.013,42</u>		<u>120.013,42</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Subcontratos	378.928,38	312.273,49
Serviços especializados	311.130,82	246.450,01
Materiais	60.307,69	58.728,04
Energia e fluidos	108.727,47	82.907,49
Deslocações, estadas e transportes	73.533,69	59.516,69
Serviços diversos (*)	151.657,08	128.437,85
Rendas		
Comunicação	14.252,60	10.985,06
Seguros	15.701,46	12.808,73
Outros	<u>121.703,32</u>	<u>104.644,06</u>
	<u>1.084.285,13</u>	<u>888.313,57</u>

18. Gastos com o pessoal

A repartição da rubrica “Gastos com o Pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	3.187.572,35	2.828.920,68
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	668.460,93	578.838,54
Seguros	36.951,77	43.707,14
Outros gastos com pessoal	<u>7.032,86</u>	<u>16.545,73</u>
	<u><u>3.900.017,91</u></u>	<u><u>3.468.012,09</u></u>

A Instituição registou no exercício económico de 2022 um n.º médio de 246 postos de trabalho ao serviço.

19. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Impostos	1.203,12	1.509,99
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Outros gastos	5.568,63	4.459,94
	<u><u>6.771,95</u></u>	<u><u>5.969,93</u></u>

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2022 e de 2021, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Resultados financeiros	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

21. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

22. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do CSC.

Nos termos do artigo 66.º-A do CSC, informa-se ainda que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), "Amorim, Quelhas & Associados, SROC, Lda." da Instituição, é representada pelo Dr. Pedro Jorge Gonçalves Rosas Quelhas, que faturou em 2023, o valor de 4.320,00 euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, referente ao exercício económico de 2022, a título de serviços prestados de Revisão Legal de Contas.

Mais se informa que não foram prestados e/ou pagos quaisquer outros serviços à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) acima indicada.

23. Outras informações

Fundos Patrimoniais				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos				0,00 €
Por memória: Accionistas c/ subscrição	0,00 €			0,00 €
Por memória: Quotas não liberadas	0,00 €			0,00 €
Acções (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor nominal	0,00 €			0,00 €
Descontos e prémios	0,00 €			0,00 €
Outros instrumentos de capital			0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas legais				0,00 €
Outras reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	1.917.905,55 €	22.500,78 €		1.895.404,77 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	0,00 €			0,00 €
Outros	0,00 €			0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.307.758,05 €	88.297,98 €	0,00 €	1.219.460,07 €
Subsídios	1.307.758,05 €	88.297,98 €		1.219.460,07 €
Doações	0,00 €			0,00 €
Outras	0,00 €			0,00 €
Resultado Líquido do Exercício	-22.500,78 €		217.955,55 €	195.454,77 €
Total do fundo de capital	3.203.162,82 €			3.310.319,61 €

Outras informações consideradas relevantes para a análise da posição financeira e dos resultados da Instituição:

- Resultado Líquido do Exercício 159.338,63 euros
- Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) 450.774,99 euros

Ribeira Brava, 15 de maio de 2023

A Direcção



**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL
DE SÃO BENTO
RIBEIRA BRAVA**

O Contabilista Certificado n.º 51717

Ricardo Sousa e Freitas
NIF 190 536 112 - CC 51717
Economista 6750



13. Ata da Direção com a aprovação das contas

ATA N.º 203

No dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu a Direção do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA, pessoa coletiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava. _____

Estavam presentes o Sr. Rev. Pe. José Bernardino de Abreu da Trindade, NIF 188.932.801, o Sr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos, NIF 181.652.064, o Sr. José Armindo Pereira Pestana, NIF 100.682.162, o Sr. José João Gonçalves de Freitas, NIF 100.682.375, a Sr.ª Maria Ludovina Gomes Alves Pereira, NIF 178.817.228, a Sr.ª Marília Andrade Ascensão Fernandes, NIF 100.799.361, o Sr. António Rafael Carvalho Ascensão, NIF 185.928.269, o Sr. José Maria Reis, NIF 100.681.859, e a Sr.ª Maria Lídia Mendes Romano, NIF 125.071.787, na qualidade de membros da Direção da Instituição, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. Rev. Pe. José Bernardino de Abreu da Trindade, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2022. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2022. _____

Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de

ATA N.º 203

2022, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço com um Total do Ativo no montante de 4.431.643,90 euros, bem como as demais Demonstrações Financeiras, mais propriamente a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais e o Relatório de Gestão. _____

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros da Direção aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2022, no montante de 195.454,77 euros, transferindo-o na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Colocada a questão à Direção, a mesma por unanimidade aprovou a proposta de aplicação referida. _____

A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros da Direção presentes, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direção e a distribuição de resultados apresentada. _____

Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezoito horas e trinta minutos, e dela foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Direção da Instituição. _____

A Direção

Presidente



Sr. Rev. Pe. Padre José Bernardino de Abreu da Trindade

Vice-Presidente



Dr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos

Secretário



Sr. José João Gonçalves de Freitas

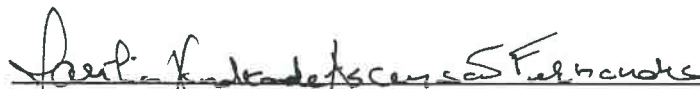
Tesoureiro



Sr. José Armindo Pereira Pestana

ATA N.º 203

Vogal


Dr.ª Marília Andrade Ascensão Fernandes

Vogal


Sr. António Rafael Carvalho Ascensão

Vogal


Sr. José Maria Reis

Vogal


Dr.ª Maria Lídia Mendes Romano

Representante
dos Trabalhadores


D.ª Ludovina Alves Pereira

14. Ata do Conselho Fiscal com a aprovação das contas

ATA N.º 31

No dia vinte e cinco do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu o **Conselho Fiscal** do **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA**, pessoa coletiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava (9350-213). _____

Estavam presentes o Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa, NIF 121.647.920, o Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira, NIF 129.802.063, e o Sr. João Pedro Faria Rodrigues, NIF 100.604.790, na qualidade de Presidente, Secretário e Vogal do Conselho Fiscal da Instituição, respetivamente, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2022. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2022 e emissão do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. _____

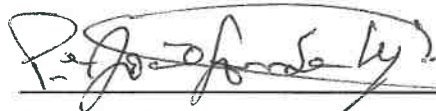
Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de 2022, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço com um Total do Ativo no montante de 4.331.643,90 euros, bem como as demais Demonstrações Financeiras, mais propriamente a Demonstração de Resultados por Naturezas, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais e o Relatório de Gestão. _____

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros do Conselho Fiscal aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2022, no montante de 195.454,77 euros, transferindo-o na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros do Conselho Fiscal, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direção e a distribuição de resultados apresentada. Em anexo, e em consonância, transcreve-se o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. ____ Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezanove horas, e dela foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal presentes. _____

O Conselho Fiscal,

Presidente



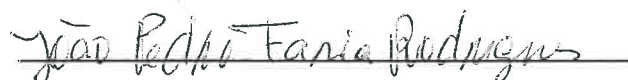
Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa

Secretário



Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal



Sr. João Pedro Faria Rodrigues

RELATÓRIO e PARECER
do
CONSELHO FISCAL



Ex.mos Senhores:

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção do **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA** relativamente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que julgamos adequada, à atividade do Centro. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou ao contrato social.

Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo ROC Dr. Pedro Jorge Gonçalves Rosas Quelhas e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificamos que:


- a) O Balanço, a Demonstração dos Resultados Por Naturezas e Por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Centro evidenciando os aspetos mais significativos e a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente evidenciada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados que refere a necessidade de transferir para “Resultados Transitados” a quantia de 195.454,77 euros.
- b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras.

Ribeira Brava, 25 de maio de 2023.

Presidente



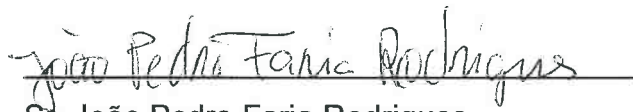
Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa

Vice-Presidente



Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal



Sr. João Pedro Faria Rodrigues

18. Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da **Centro Social Paroquial São Bento da Ribeira Brava** ("a Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, (que evidencia um total de ativo 4.431.643,90 EURO e um total de Capital Próprio de 3.310.319,61 de EURO, incluindo um Resultado Líquido de 195.454,77 EURO, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital relativas ao exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas da apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data, de acordo com a Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Portugal, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação do balanço intercalar que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de um balanço isento de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se o balanço intercalar como um todo está isento de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base deste balanço intercalar.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material do balanço intercalar, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

AMORIM, QUELHAS & ASSOCIADOS, SROC

Rua das Dificuldades, 11
Santa Luzia
9050-015 – Funchal

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global do balanço intercalar, incluindo as divulgações, e se este balanço representa as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

25 Maio 2023

AMORIM, QUELHAS & ASSOCIADOS, SROC



Representada por Pedro Rosas Quelhas N° 1727